

# O DISCURSO E A AÇÃO: A VOLTA DO ATOR E A NARRAÇÃO COMO OPÇÃO METODOLÓGICA

Rita Paiva\*

*Resumo:* Este artigo pretende discutir a perplexidade da sociologia diante da obsolescência de seus paradigmas, tematizando a ação dos agentes sociais e a auto-enunciação dos mesmos como uma nova configuração do objeto de reflexão sociológica. A partir daí, problematiza o método narrativo — hoje resgatado por certas correntes historiográficas — como um recurso plausível para a sociologia, o que a aproxima da literatura mas não a transforma em ficção.

*Palavras-chave:* humanidades, sociologia, ação, discurso, paradigma, narrativa

## INTRODUÇÃO

Tematizar o estatuto científico da sociologia nos remete aos ideais preconizados muito antes de seu nascimento, quando da formulação do projeto iluminista. É no âmbito do pensamento setecentista que floresce o desejo de que o mundo seja conhecido, controlado, milimetrado. Condição esta cujo corolário seria alcançar o estatuto do bem estar e da felicidade humana.

Pressupostos que impregnarão também o projeto de conhecimento científico da sociedade e que constituir-se-ão como um prelúdio ao imaginário sociológico. Ancorada nesta herança — e também nos modelos biológicos que propiciarão uma interpretação funcional da sociedade tal como a que é pertinente ao

---

\* Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo.



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**

Rita Paiva

corpo humano — a sociologia começará a tecer um rígido edifício conceitual através do qual buscará domesticar o real, no intuito de compreender a organização, a funcionalidade e as transformações da sociedade. A partir daí, o exercício de um saber sociológico vai definir-se na perspectiva de uma disciplina inovadora, perpassada pelo rigor científico, cuja peculiaridade mais notável será a metodologia que assegurará a qualquer enunciado por ela postulado o caráter da incontestabilidade. A ela caberá avaliar os fenômenos sociais em sua regularidade abstraíndo, a partir da observação, suas leis invariáveis. A posse destas lhe permitirá a intervenção na ordem das coisas sempre que o curso humano se afastar do comportamento adequado que o olhar científico lhe prescreveu. Vale ressaltar que esta concepção de ciência que se cristaliza no interior da sociologia, configura-se marcadamente contingencial e histórica. Ou seja, esta pretensão “de dar conta e razão de tudo (...), do mundo, dos objetos que nos cercam, de suas leis, de nós mesmos, desta própria atividade” (Castoriadis, 1987:15) constitui um fazer teórico que se presentifica num momento histórico específico, permeado pela ênfase na técnica, pela credibilidade excessiva na razão, pela certeza de que os homens vivenciam um mundo passível de desmistificação, cujos mecanismos podem ser elucidados pelo saber científico.

Assim, ratificamos: o nascimento desta ciência do social insere-se na perspectiva iluminista na qual prevalece a proposta de açambarcar a realidade em todas as suas dimensões, possibilitando ao homem, por intermédio da racionalidade, desvendar o mundo, assenhoreando-se de seu destino. Hoje, todavia, interrogamos a viabilidade desse projeto. E no que concerne particularmente à sociologia, indagamos se teria ela cumprido o intento de identificar as leis inerentes à natureza da sociedade humana dotando de plausibilidade o lema a ela atribuído por A. Comte: “ver para prover”. Questionamos, outrossim, a pertinência, ou não, de se erigir um conjunto de enunciados teóricos que pudessem identificar a realidade em si mesma facilitando o percurso histórico inevitável. Se ao invés de compreendermos o mundo como um



todo funcional e organizado passarmos a acreditar que o real não é o lugar da ordem, da unidade, mas o espaço da multiplicidade, de forças que se contrapõem ininterruptamente criando situações inusitadas, forçando-nos a caminhar em meio à imprevisibilidade, onde estes enunciados encontrariam referências suficientemente consistentes, que afixassem as certezas por eles decretadas? Nesta perspectiva, considerando-se que a imponderabilidade dos fenômenos inviabiliza a formulação de verdades universais, pulveriza-se a concepção de um mundo orgânico regido por leis invariáveis e fundamentais a serem explicitadas por homens competentes.

Não obstante, retomando a problemática metodológica, é importante observar que, engendrada no seio da filosofia comteana e certa da possível organicidade do mundo, a sociologia sustentou — na vertente clássica do pensamento ocidental — que tendo a sociedade como objeto a ser investigado, caberia a ela decodificá-la através de duas categorias fundamentais: o sujeito e o objeto. O primeiro foi postulado como ser suficientemente dotado de objetividade que, em posse do logos, usa-o para decifrar os mistérios aparentes do segundo, desnudando-o. Uma vez feita esta depuração (destrinchando o amálgama em que se misturam essência e aparência, verdade e erro, ordenando-os) o sujeito do conhecimento constrói sistemas fechados de explicação, aos quais os fenômenos devem se adequar, instaurando uma metodologia a ser literalmente aplicada independente da natureza do objeto.

Vale a alusão às asserções virulentas que Nietzsche bradaria contra essas determinações que impregnaram as ciências humanas em geral e a sociologia em particular, quando esta ainda configurava-se como uma ciência incipiente: “Contra o positivismo, que permanece ao nível do fenômeno — ‘só existem fatos’ — eu objetaria — Não, não existem fatos; mas apenas interpretações.” (NIETZSCHE, 1990:199). Ou, ainda, Marton comentando o filósofo: “Não existe nenhum fato em si (...) ao contrário, um sentido precisa sempre ser projetado para que possa haver um fato” (MARTON, 1990:199). Sob o prisma destas colocações o que se des-

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**  
Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

constrói é a própria relação sujeito-objeto tal como cristalizada pela sociologia positivista. Para Nietzsche, o conhecimento é sempre relacional, ou seja, envolve inexoravelmente a relação do homem com o mundo — do sujeito com o objeto — e as coisas que se objetiva conhecer que, por estarem inseridas no fluxo da vida, terminam por atribuir à antinomia sujeito-objeto um caráter ilusório. Nesta perspectivação, o homem encontra nas coisas o que ele mesmo colocou, por isso, todo saber é, em certa gradação, fictício. A perspicuidade nietzschiana evidencia a equivocidade a que pode estar sujeita a elaboração de sistemas que visem a apreender a essência última das coisas. Se acreditamos ser esta tarefa irrealizável, visto que a própria relação sujeito-objeto faz-se discutível — porque o sujeito não conhece o fenômeno (no sentido de esgotá-lo, como afirma Castoriadis), não dá conta de sua totalidade, mas interpreta-o, e isto envolve inexoravelmente a presença do olhar perspectivo e não global — resta-nos a alternativa de repensar a problemática do saber científico associando-o à capacidade de criar, de interpretar, sem abdicar da possibilidade de conhecer.

Nesta perspectivação, para a sociologia que por tanto tempo investiu-se da autoridade do olhar objetivo, ao deparar-se com a chamada crise de paradigmas (em que não apenas os modelos de organização política e social são redefinidos, mas inclusive as categorias do pensar) torna-se fundamental refletir sobre os parâmetros de legitimidade a partir dos quais sua prática deve ser exercida. Reflexão esta que sugere tanto a gênese de novas percepções como uma maximização da imaginação sociológica. Assim, as novas perspectivas, acoplando-se ou rompendo com o manancial teórico próprio da sociologia, erigem outros modos de olhar que redefinem, reformulam a teoria, mas não a subestimam.

Este me parece ser o pressuposto fundamental para um pensamento que já não se propõe a abordar o mundo como o *locus* do homogêneo, do orgânico e suas leis. Ao contrário, configura-se como um modo de pensar, cujo constructo seja percebido enquanto referencial por meio do qual se pensa o real e o possível enquanto espaço das manifestações, dos conflitos, das ambigüida-



des, das inconsistências, permitindo que o social manifeste sua dimensão dramática, revelando-se “como campo de forças em luta ou como política do significado” (GEERTZ, 1973:22).

A discussão que se segue objetiva tematizar o modo pelo qual a consideração da ação e dos agentes sociais como elemento primordial de reflexão implica a superação da tradição e a necessária emergência de novas abordagens e novos itinerários para a sociologia.

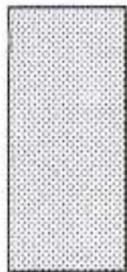
#### **A SOCIOLOGIA E A OBSOLESCÊNCIA DE SEU CAMPO PARADIGMÁTICO**

O afã de sentir-se legitimada enquanto ciência do social propiciará que a sociologia desponte no cenário intelectual elaborando, consecutivamente, paradigmas fundamentados e bem estruturados que se sucedem na história do pensamento sociológico.

Na esteira da reflexão desenvolvida por Thomas Kuhn, entenderemos por paradigmas construções conceituais que configuram os parâmetros de explicação. Acepção que permite não apenas delinear o campo específico de trabalho do investigador, mas balizar o prisma pelo qual certos problemas do real podem ser pensados. Criados e reconhecidos pela comunidade científica, os paradigmas impedem que ao inquirir o real, verifique-se a concretização de uma abordagem meramente subjetiva em relação ao seu objeto. Um trabalho que respeite os cânones preconizados pela cientificidade deve instrumentalizar-se a partir dos paradigmas instituídos. Assim, são as regras balizadoras do paradigma que permitirão a execução de um trabalho que, ao elucidar o real, tece um sistema de compreensão e de interpretação que esclarece a respeito do significado do fenômeno.

Não obstante os paradigmas admitam certa flexibilização e elastização de seus limites para a apreensão e explicação dos fenômenos ainda não estudados, tal ampliação deve ater-se à racionalidade do paradigma. A este respeito Kuhn esclarece: “A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**  
Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla da realidade na qual ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada, de tal forma que a anomalia se tenha convertido ao esperado. A assimilação de um novo tipo de fato exige mais do que um ajustamento aditivo da teoria. Até que tal ajustamento tenha sido completado (...) o novo fato não será considerado completamente científico.” (KUHN, 1991:78)

De acordo com o autor, no momento em que a emergência da anomalia extrapola a potencialidade da elastização das regras e da racionalidade do paradigma, o que se verifica é a imposição de um fenômeno cuja explicação está além da capacidade dos instrumentos científicos existentes. Nesse caso, o tipo de conhecimento ou de significação que o paradigma pode produzir no que concerne ao novo fato apresenta-se exaurido de qualquer verossimilhança com o real. Revela-se, assim, a impropriedade de seus instrumentos para responder a uma determinada demanda de significados. Isto não implica que o fenômeno em questão envolva o paradigma em contradições internas. Sua lógica pode ainda ser capaz de organizar explanação adequada aos seus preceitos. No entanto, tal explicação apresenta-se destituída de representatividade e não logra um parecer convincente. Este é o conjunto de circunstâncias singulares que propiciam o anacronismo do paradigma visto que uma possível apreensão dos fenômenos já não pode ser delineada pelo viés de sua racionalidade. Caso a anomalia se configure como um novo significado do real, inassimilável aos padrões de conhecimento existentes, abre-se o caminho para a edificação de novos paradigmas.

No viés do raciocínio desenvolvido por Kuhn — não obstante sua reiterada posição segundo a qual as ciências humanas não teriam sido capazes de elaborar teorias paradigmáticas que suprimissem o conflito e propiciasse à comunidade de sociólogos o consenso — podemos asseverar que a sociologia erigiu paradig-

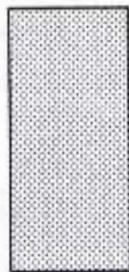


mas que respondiam a contento o seu objetivo de explicar a realidade empírica, na medida em que atribuíam a ela certa transparência oriunda das regras e delimitações viabilizadas pela explicação paradigmática. Canonizou-se nesta disciplina um tipo de olhar e de práticas de investigação nas quais a atividade do cientista, ao satisfazer as exigências do paradigma, cumpria o exercício da tão solicitada objetividade. Em outros termos, fez-se papel do investigador delimitar as leis intrínsecas ao objeto com o propósito de pulverizar qualquer subjetividade possível do fenômeno, extraindo dele suas leis, aspectos gerais e atemporais.

Esses sistemas de análise foram abalados com o surgimento, no espaço social, de um fenômeno inaudito — ou anomalia, no sentido de Kuhn — qual seja, uma nova forma de ação coletiva emblematizada pelos movimentos sociais. A emergência deste fenômeno inédito extravasou as fronteiras dos paradigmas já constituídos, bem como suas possíveis flexibilizações, corporificando-se enquanto conhecimento insubordinável às abordagens analíticas e aos modelos sistêmicos. A eclosão destes movimentos implicou na abertura da sociologia para uma pluralidade de interpretações a que podem ser suscetíveis os fenômenos, libertando-se dos limites constitutivos dos sistemas fechados de compreensão.

Não é pretensão nossa tematizar neste espaço as várias tendências teóricas que se configuraram, mas é importante elucidar que a novidade que irrompeu com este tipo de ação coletiva foi a sua recusa em ser lida a partir de conceituações preexistentes, visto que reivindicava para si mesma a autoria do sentido a ela imanente, rejeitando o mero papel de portadora de sentido. Revelou-se, assim, a criação de novas formas históricas que o modelo clássico de pensar o social já não contentava. Ou seja, diante dos movimentos sociais que eclodiram na década de 70 e do tipo de agente que eles inseriram neste palco conflitante que é a sociedade, os paradigmas sociológicos retesaram-se, permanecendo aquém dos acontecimentos. Os seus instrumentos comumente utilizados para explicar objetivamente o mundo, malgrado sua racionalidade interna permanecesse ilesa, já não prefiguravam

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**  
Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

uma devida verossimilhança com o real. À guisa de esclarecimento, convém observar que os pensadores que matizaram a essência do pensar paradigmático da sociologia, como Comte e Durkheim — desconsideramos aqui as dissidências inauguradas pela teoria weberiana —, ressaltaram enfaticamente a necessidade de ater-se ao que não é mutável para desnudar a dinâmica essencial da sociedade. Este seria o procedimento adequado para a fixação das regras básicas da sociabilidade, tornando o corpo social passível de modelação quando um acontecimento qualquer denotasse o distanciamento ou a deturpação de tais regras. Este tipo de proposição traz em suas entrelinhas uma compreensão muito clara do que vem a ser a relação sujeito-objeto no processo de investigação sociológica. Isto é, o objeto — os “fatos sociais”, que para Durkheim deveriam ser tratados como coisas — são elementos movidos por uma articulação que os perpassa, que reside fora deles. Em face disto, não se constituem como entidades criadoras ou auto-instituintes, mas unicamente como o *locus* no qual a estrutura ou as funções da sociedade se revelam.

Entretanto, em determinado momento aquilo que sempre foi percebido como objeto tangível, coisificável, regido por leis e articulações orgânicas e funcionais, passou a reivindicar a legitimidade de sua própria leitura do mundo incidindo diretamente sobre o seu modo de agir. Assim, criaram-se as condições necessárias para provocar uma reviravolta nas bases sólidas do edifício conceitual da sociologia positivista, sempre em sintonia com os procedimentos que a designavam como a fonte das verdades sobre os agentes da ação social e não eles mesmos. Enquanto forma inovadora de ação coletiva, os movimentos sociais reintroduziram no cenário político e social o ator que traz prerrogativas diversas sobre as várias formas de subjetividade. Estas o delineiam como portador de modificações que se verificam fundamentalmente no desenrolar de sua própria ação e no sentido que atribui a ela. Por conseguinte, o pensamento sociológico encontrou-se diante de um objeto que se recusa a ser lido a partir de univocidades sistêmicas externas a sua própria racionalidade,



que trafega num cenário em que a contingência e a processualidade dos sujeitos são irredutíveis.

Será em meio a um estado de perplexidade que a sociologia trará para o âmago de suas reflexões a seguinte questão: como estipular a generalidade e objetividade de um fenômeno que se revela no agir, na ação, que por seu caráter processual não implica metas teleológicas, mas revela-se inapelavelmente contingente e temporal? Interrogação esta que implica o deslindamento de uma nova configuração do real que se expõe ao nosso olhar. Começamos a compreender que os paradigmas acabados, os sistemas completos que aspiram a domesticar o múltiplo para capturar a sua substancialidade passam a dar lugar a uma outra forma de reflexão. Perquirir um agente ativo, capaz de atitudes e criações inesperadas exige a construção de um saber que dialogue com este agente, considere as suas razões e não estipule mais o seu sentido definitivo. O pensamento abre-se, deste modo, para a criação de novas categorias do entendimento que, acompanhando o movimento da subjetividade em questão, procura assimilar suas criações, suas transmutações, o seu significado.

Em última instância, a avaliação e valoração do agente qualificado para o discurso, mais do que a explicação, passou a exigir um trabalho de investigação que figurasse a vontade do indivíduo ou grupo como gênese de sua ação. Assim, os acontecimentos no âmbito fenomênico passaram a ser reconhecidos não mais como mero reflexo das dimensões estruturais, mas como atributo da sociedade e dos campos instituintes do agir humano. Nesta perspectiva, os movimentos sociais se apresentaram como os elementos fundantes de um novo panorama no qual o indivíduo ao agir, reivindica uma identidade discursiva apta para criar, numa dimensão simbólica, espaços próprios que desencadeiam novas formas de inserção social.

Se o que deflagrou a crise dos paradigmas foi a emergência do ator social que enuncia a si mesmo como portador de uma identidade e de um discurso auto-instituintes, cabe-nos reconhecer que este ator é politizado. Ele age, cria, inventa. Não está impassível-

**O discurso e a ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica**

Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

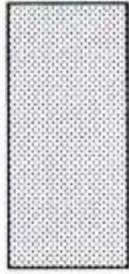
Rita Paiva

mente à mercê das instituições. Destarte, a notificação do discurso do agente social leva-nos a refletir sobre uma provável repolitização do espaço social, sobretudo se a acepção de política aqui utilizada associar-se à personificação da mundanidade que toma forma no espaço público através da ação criativa e inovadora.

**O SOCIAL COMO PRODUTO DA CRIAÇÃO INDETERMINADA E  
DA AÇÃO POLÍTICA**

Esta problemática que se configurou para a sociologia — a volta do ator e as novas ações coletivas — convida-nos a ler a ação desses sujeitos discursivos como prática política e discursiva geradora de novas significações imaginárias ou de outras maneiras de inserção social. Resgatamos assim, uma concepção de política fundamentada pela filosofia política clássica que não a remete unicamente a um campo instituído e objetivado, mas à produção de significações que se dimensionam na ação dos homens. Ação esta que não pode ser percebida ou interpretada como estruturas tangíveis nas quais os atores são meros portadores de algo fora deles. Trata-se de majorar a peculiaridade subjetiva desta ação criadora que, insubordinável à atribuição de estruturas e funções, revela o seu sentido na medida em que se processa. Deslindar o sentido da ação exige, indubitavelmente o acompanhamento de seu desenrolar. Daí decorre que o intelecto que busca elucidar o movimento das subjetividades que se confrontam e engendram novas formas históricas, passa a ter como premissa e como preocupação a ação social e política enquanto atributo de sujeitos. Assim, introduzindo-se neste território em que a política é pensada como ação, as ciências sociais resgatam a preocupação com a ação mundana enquanto potencial criador de formas e acontecimentos inéditos.

Em *A Condição Humana*, Hanna Arendt tematiza a ação como o elemento correlato da pluralidade imanente à condição humana que nos instrumentaliza para a liberdade. Na medida em



que se constitui como fonte de significado para a vida, na ação é que reside o potencial inesgotável para o ato inovador e para o inédito, conferindo ao indivíduo a incumbência de prefigurar sua própria identidade. Faz-se oportuno indagarmos como é que esta identidade se constitui na ação. O que é que permite a sua revelação nesta atividade instituinte e processual que é a ação humana? No registro de Arendt é peculiaridade da espécie humana a condição de pluralidade. Nela é que se revela o aspecto duplo do homem, qual seja, igualdade e diferença. A primeira propicia que os homens se apropriem dos mesmos instrumentos e da mesma compreensão do mundo, interagindo entre si. A segunda revela a qualidade de alteridade inerente aos atos humanos. É a partir desta condição de alteridade em relação a tudo o que existe que os homens se configuram como seres singulares. A pluralidade, por conseguinte, envolve, paradoxalmente, uma multiplicidade de seres singulares. Não obstante, a diferença esteja dada na própria constituição física dos homens, a condição de alteridade advém unicamente por intermédio do *discurso e da ação*. Eles é que propiciam a figuração das singularidades. Assim escreve Hanna Arendt: “(...) a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano”. (ARENDR, 1987:189) A autora assinala que o desencadeamento da ação, além de solidificar a inserção humana na dimensão concreta do mundo, deflagra a criação do novo. O nascimento de novas formas que se cristalizam com o perpetrar do agir humano emerge à revelia das domesticações impostas por leis estatísticas, “probabilidades”, “fins práticos” e pelas certezas que permeiam tais categorias. E outra vez Arendt: “O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável.” (ARENDR, 1987:192)

Assim, H. Arendt assevera que é no âmbito do indeterminado e da criação que a sociedade gera suas instituições. É de

**O discurso e a ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica**

Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**

Rita Paiva

salutar importância clarificar que, se a ação é capaz de iluminar o momento fundante de uma realização inédita, o discurso a ela imanente permite a revelação daquele que age. Este, o ator, desnuda-se simultaneamente por meio de seus atos e de suas palavras. É esta completude decorrente da interação entre discurso e ação — cujo amálgama é imprescindível desde que estejamos nos referindo à ação política não esvaziada de sentido — que alicerça a possibilidade do ator na medida em que age, revelar seu eu latente. Considera a autora: "(...) desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis. Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras." (ARENDRT, 1987:91) Em suma, a ação é postulada através da palavra. Esta é que permite ao ator identificar-se na medida em que anuncia suas pretensões presentes, passadas e futuras. O elo entre ação e discurso fecunda a explicitação da identidade pessoal e singular no intercurso do próprio agir. Arendt observa que esta ação implicadora tanto do ato como da fala não é outra senão a ação política, cuja força e capacidade criativa tendem a extravasar limites e ultrapassar fronteiras contingencialmente impostos.

O "ator-sujeito" que assume a plenitude de sua mundanidade pelo agir e pela palavra é impulsionado por valores, intenções, pensamentos e desejos. Daí decorre que tanto a ação como o seu discurso sejam norteados por algum sentido em relação ao qual o ator é lúcido, sobretudo se considerarmos que seu agir, em sua imprevisibilidade, é capaz de transcender a racionalidade do sistema e das forma instituídas. Tomar para estudo este ator e seus atos envolve a valorização do próprio trajeto da ação, posto que é nela que o ator se inscreve enquanto transcendência. Em face disto, cabe ressaltar que a análise sociológica deve cotejar a problematização do mundo enquanto superação e não mais como permanência. Se esta última condiz com a estipu-



lação de funções e estruturas, o mesmo não podemos dizer da primeira. A ação humana não é facilmente subordinável a estas estratégias de objetivação, visto que está associada a uma subjetividade inalienável, não suscetível à reificação.

Enveredando um pouco mais pelo universo teórico de H. Arendt a partir da reabilitação do discurso e do ator, é pertinente aludirmos ao modo pelo qual será denunciada a incompatibilidade entre a investigação científica — nos parâmetros em que se canonizou — e a apreensão do ator e sua ação.

Sob o prisma de sua análise, é intrínseca a toda ação, não obstante a inquestionabilidade da identidade que se revela quando o ator fala e age, um certo aspecto intangível. Peculiaridade esta que torna paradoxal o objetivo de se cristalizar em palavras, esquemas ou modelos a essência desta identidade imponderável do ator tal como é revelada na fluidez dos atos e do discurso. A inacessibilidade última do significado destas ações estabelece a necessidade imperiosa de erradicarmos a pretensão de lidarmos com os atos e as palavras dos agentes como se fossem coisas. Sua condição não coisificável impede, outrossim, que a abordagem teórica corresponda a um espelhamento objetivo daquilo que investiga. Assim o exprime a autora: “Contudo, à parte esta perplexidade filosófica, a impossibilidade de solidificar em palavras, por assim dizer, a essência vivida da ação e do discurso tem profundas conseqüências para a esfera dos negócios humanos, na qual existimos basicamente como seres que agem e falam. Exclui, em princípio, a possibilidade de jamais virmos a tratar esses negócios como tratamos coisas de cuja natureza podemos dispor, visto que podemos nomeá-las.” (ARENDR, 1987:194) Neste sentido, por ocorrer entre homens que agem e falam uns com os outros, revelando-se enquanto agente no perpetrar de seus atos e de seus discursos, a ação cuja dimensão subjetiva é em si mesma inalienável, mostra-se rebelde a pretensões cristalizantes. O grau de imponderabilidade, todavia, não subtrai a dimensão concreta e real que a ação humana possui “(...) a despeito de toda a sua intangibilidade, a ação é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum.”

**O discurso e a ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica**

Rita Paiva

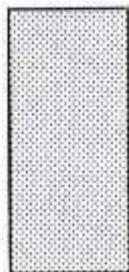


**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**

Rita Paiva

(ARENDR, 1987:195) Dado o seu caráter não vulnerável à coisificação objetivante, ao conjunto das ações humanas — realidade sobre a qual se debruça a sociologia — H. Arendt refere-se como *teia de relações humanas*: “A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências inéditas.” (ARENDR, 1987:196)

Tais asserções sugerem, porém, que equacionemos o modo pelo qual esta realidade que se constitui como teia de relações que se revela na fluidez da ação poderia ser captada e perscrutada pelo olhar do investigador. Considerando-se que a revelação do agente está intrinsecamente associada ao fluxo vivo da ação e da fala, e que eles mostram-se aptos para explicitar o significado de suas ações, H. Arendt chama atenção para o aspecto indiscutivelmente político do agir humano e de sua história. Assim, a história advém da força criativa dos atos humanos. Não obstante, por imiscuir-se numa teia de relações humanas, o sujeito, ao desencadear a ação, não determinará necessariamente as suas conseqüências. Isto decorre do fato de o agente agir num mundo em que se processam inúmeras ações simultâneas. Frente a isto, o ator, embora sujeito, não é obrigatoriamente o autor da história, posto que desencadeia sua ação no campo da indeterminação onde inexiste a medida possível do previsível. Tal imprevisibilidade não se circunscreve à inviabilidade de visualização das conseqüências lógicas do agir. Mais do que isto, o imprevisível, nesta perspectiva, advém da história enquanto produto da ação cujo desenrolar “que se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato”. (ARENDR, 1987:205) O significado acabado da ação, se houver, só poder ser apreendido quando esta finda. Compete ao investigador apreender a dimensão plena da sua significação — ainda que não pretenda hauri-la jamais — na medida em que tece certa continuidade entre as ações sociais que em seu acontecer configuram-se como fragmentos desconectados.



Cabe salientar que estamos longe da pretensão de prever os resultados da ação a partir da prescrição das leis que as regem. Os atos humanos não possuem leis. O que se postula aqui é a possível apreensão do sentido desvelado pelo agente na fluidez de seus atos que o intelecto busca reconstruir contextualizando-o em meio a um conjunto de ações de maior amplitude, nas quais os sujeitos se produzem.

Por outro lado, dotar de tal responsabilidade o pesquisador não equivale a sustentar a incapacidade do ator em atribuir sentido aos seus atos. O que ocorre é que ao investir significativamente suas ações, a preocupação do ator não é com o seu corolário, ou seja, a constituição da sua história ou a elaboração de uma análise sociológica. Revela-se aqui a impossibilidade de um espelhamento, ou de uma completa identificação entre o significado processado no decorrer da ação e o pensamento que se propõe a elucidá-la. E novamente, Arendt: “Aquilo que o contador de histórias pretende narrar deve necessariamente permanecer oculto para o ator pelo menos enquanto este estiver empenhado no ato ou nas suas consequências, pois para o ator, o sentido de seu ato não está na história que dela decorre. Muito embora as histórias sejam resultados inevitáveis da ação, não é o ator e sim seu narrador que percebe e ‘faz’ a história”. (ARENDR, 1988:205) Sob a ótica da sociologia clássica esta citação nos levaria unicamente a um sentimento de perplexidade. Considerando-se que somente aquele que narra é capaz de tecer um sentido para a história — isto porque a intangibilidade dos atos humanos só pode ser expressa através da *mimese*, da imitação, e o narrar visa a elucidar os acontecimentos reconstruindo-os significativamente —, poderíamos talvez conjecturar que todos os grandes sistemas edificados pela sociologia teriam sido impotentes para elucidar o social visto que procuravam dotá-lo de sentido a partir de explicações sistêmicas, de modelos que em nada almejavam narrar ou reproduzir o sentido da ação de seus agentes, mas fixar a sua essência a partir de determinações alheias a ela mesma. Por outro lado, não poderíamos conjecturar também que a construção de modelos e sistemas de explicação assumem,

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**  
Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

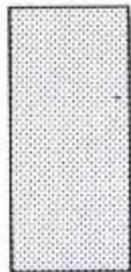
em última instância, um certo caráter narrativo ou fictício ao serem elaborados por um autor que concatena significações desconexas, cuja representação articulada ocorre exclusivamente no âmbito de suas especulações mentais?

Eis as interrogações a que nos induzem estas reflexões. No viés por elas descortinado insistimos na proposta aqui insinuada por Hanna Arendt, qual seja, a narrativa como um caminho para a apreensão possível do agir mundano.

**O RECURSO NARRATIVO — UM POSSÍVEL PARA A SOCIOLOGIA**

Inserir a narrativa nos meandros desta discussão como um horizonte possível — entre outros — para a sociologia, faz-se compreensível desde que consideremos que a volta do ator para as ciências sociais esclareceu que as prerrogativas de emitir verdades absolutas ou “descobrir” o real independente da forma como este autor se enuncia, embotaram-se.

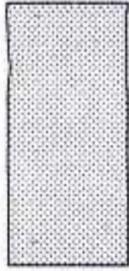
Diante disto, a produção de conhecimento, extravasando os critérios tradicionais de cientificidade, norteia-se fundamentalmente pela preocupação em elaborar um saber significativo. Significação que se desvela na medida em que o debruçar-se do intelecto sobre o discurso dos atores exige, inapelavelmente, a devida validação do sujeito em seu tempo e em sua especificidade que será interpretada pelo olhar do investigador. Neste caso, o recurso da narrativa colide bruscamente com as pretensões primeiras da sociologia que, entendendo a sociedade como produto de uma unicidade orgânica, se cristalizaram na construção de modelos, no constructo de sistemas que transcenderiam as mutações históricas. Já a narrativa, ao enfatizar a temporalidade e a linguagem do sujeito, valida consideravelmente o sentido enunciado pelo agente da ação. Isto torna-se incompatível com as verdades unívocas e com diagnósticos peremptórios, visto que a narração ao encenar uma temporalidade rebelde a sistematizações não exaure jamais os espaços em que a ação humana pode ser recortada e reinterpretada.



Simultaneamente, o recurso de uma linguagem narrativa enleia-nos numa interrogação crucial. Se hoje os critérios clássicos de cientificidade/objetividade são questionados pelo intuito do intelecto de produzir um saber significativo a partir de uma outra relação entre sujeito-objeto, o que caucionaria a preservação dos limites entre a teoria e a ficção? E, por outro lado, onde residiria a legitimidade do inquirir intelectual de modo que o diferencie do diletantismo e da mera sondagem opinativa? Tendo em vista o propósito de responder a essa interrogação, faz-se necessário considerar que foi justamente como o fito de pulverizar o amálgama em que se mesclam realidade e ficção, separando-os definitivamente, que o pensamento científico emergiu. A preocupação com a criação de uma linguagem que lograsse o estatuto da cientificidade que permeou o século XIX, interpôs um abismo entre a autoridade do discurso verdadeiro sobre o real e o âmbito imaginário e literário, malgrado estes insistissem em impregnar-se, sub-repticiamente, nos interstícios das determinações racionalizantes.

Nesse aspecto, é elucidativo aludirmos à exposição denominada *História e Ficção: o sono e a vigília*, na qual J.M. Pessanha acompanha o trajeto deste aspecto preliminar do pensamento ocidental desde os seus primórdios até os nossos dias. Afirmando o carácter recorrente de um tema como a possível separação exata entre o real e o imagético, entre a fantasia e a verdade, Pessanha vai enfatizar a impossibilidade de sedimentarmos o real limite entre a história — que se arvora o estatuto da cientificidade — e a condição de texto narrativo. “Onde a fronteira — se é que ela existe — entre a história e ficção? Perguntando de outro modo: entre as muitas formas de narrativa, onde estabelecer linha divisória — se é que ela pode ser traçada — entre os diversos tipos de histórias inventadas e uma história que pretende ostentar estatuto de cientificidade, apresentar-se enquanto episteme, inscrever-se entre as formas ‘sérias’ de conhecimento, candidatar-se à conquista de alguma verdade exterior a seu próprio discurso, alguma verdade sobre o que narra, narrando e ao mesmo tempo tentando explicar o objeto que aborda?” (PESSANHA, 1988:282).

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**  
Rita Paiva

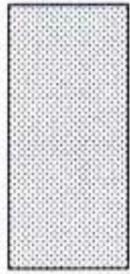


**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

Segundo o autor, as propostas de segurança sugeridas por metodologias científicas, por mais sérias que se apresentem, não estão livres dos assédios de uma hipótese última, onde a oposição fantasia/ciência tem como seu duplo a oposição sono/vigília. Esta problemática colide com a dimensão cultural enquanto linguagem que tematiza o que poderia ser a verdade diante do entorpecimento generalizado. Referindo-se a Chaim Perelman, Pessanha assinala que desde o século XVII assistimos a uma voluntária resolução do conceito de verdade. Por um lado, Descartes rejeitando a retórica em prol de uma clareza que advém exclusivamente do modelo matemático, recusando as humanidades. Por outro, Bacon ao perceber que se encontra num momento de definição dos caminhos do conhecimento, volta-se contra a retórica optando pela indução. Subjaz aqui a tentativa de aliar experiência e matemática. Para este fim, seria preciso a convicção de que os objetos do conhecimento são, por excelência, distintos das pessoas. O recrudescimento desta tendência termina por desembocar no pensamento positivista, cuja emergência coincide com a transposição do método matemático para as ciências em geral. A partir daí, as ciências humanas passam a justificar-se pela inexorabilidade do método científico, estipulando assim, um discurso capaz de controlar o comportamento das coisas e aplicá-lo às humanidades. Todavia, esta adesão a uma linguagem depurada de ambigüidades, que objetiva diagnósticos indubitáveis e certezas indiscutíveis, colide hoje com o reconhecimento de que não é possível pensar a sociedade e a história sob a égide de modelos perfeitos que expurgam singularidades.

Pensar as humanidades significa, sobretudo, trabalhar com a linguagem humana. Ao adentrarmos este universo, o instrumental lógico enquanto recurso é passível de utilização. Não pode, entretanto, ser apropriado como modelo tal como sustentado por Comte. Isto porque a linguagem é incorrigível e embora revele-se formalizável, em certa medida, nunca o é inteiramente em virtude de sua própria constituição aberta para inovação e para a criação de formas inéditas. Debruçando-se sobre esta exclusão a que a



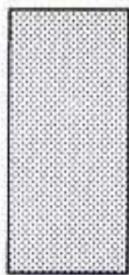
linguagem científica submete a retórica, Perelman, oriundo da tradição marcada pela tentativa de constituição de uma nova retórica e que é citado por Pessanha, vai delimitar dois espaços complementares: a linguagem formal, apoiada na lógica matemática e a linguagem de direito: uma nova retórica ou nova lingüística, destituída da preocupação de uma prova analítica, delineada por um caráter argumentativo e dialógico, vai apoiar-se no paradigma jurídico. Regida pelo princípio de justiça, a retórica não objetiva a enunciação unívoca, mas visa a cercar, ainda que ambigualmente, o singular em sua eventualidade e em sua historicidade. Constrói-se portanto numa dimensão argumentativa, legitimada seja pela linguagem cotidiana, filosófica ou científica. Nos termos de Pessanha é o âmbito das polissemias.

Cabe ressaltar que enquanto o modelo matemático se pauta pela definição do certo e do errado, o modelo jurídico aponta para o mais justo e o menos justo, insinuando a possibilidade do consenso e do recurso. Assim, o primeiro é exclusivo, universal, definitivo; o segundo é aberto, múltiplo e livre de monismos. No que tange ao modelo jurídico, trata-se de lidar com uma noção de processo que se abre constantemente para interpretações inéditas ou releituras. Deste modo, a linguagem formal ancorada no paradigma matemático “(..) fala univocamente do possível”, a linguagem do direito (justiça) “(..) sempre fala ambigualmente do concreto, do singular e do existencial (..) Se a primeira é a linguagem diáfana e bem concatenada da lógica matemática, a segunda é a linguagem de todas as construções polissêmicas, desde a linguagem do nosso cotidiano até a filosofia e as ciências humanas.” (PESSANHA, 1988:297)

Liberta dos laços que a prendiam à linguagem matemática, as humanidades destituem-se de sua pretensão científica, abandonando o método exaustivo, analítico e conclusivo, e reconhecem-se como pensamento aberto em cujo campo de força contrapõem-se pontos de vista multifacetados: “Enquanto construção argumentativa e retórica, despojada da pretensão de cientificidade à maneira lógico-matemática, antes restituída à condição de pensar

**O discurso e a ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica**

Rita Paiva



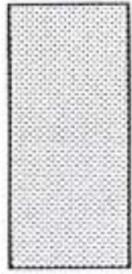
**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

aberto e intrinsecamente litigante — que arbitra ‘judicialmente’ diante de pontos de vista necessariamente múltiplos e contrapostos, a história não utiliza mais a prova exaustiva, analítica, conclusiva: busca o argumento mais forte, mais persuasivo de seu auditório, porém, jamais derradeiro.” (PESSANHA, 1988: 297) Por conseguinte, o modelo jurídico desloca o modelo epistemológico clássico. Ou seja, já não avalia perscrutando o grau de cientificidade no interior de uma organização argumentativa com seus próprios critérios hierárquicos. Emerge aqui um tipo de linguagem que não apenas comunica algo, mas convida, seduz, argumenta. Não se enuncia a vida, mas se propõe à ação e quer persuadir.

Esta nova retórica de Perelman — a qual Pessanha alude — recusando-se a etiquetar as coisas, constrói-se no território da comunicabilidade e para que se construa efetivamente exige um interlocutor. Linguagem que se faz na dialogação. Assim, pensar e conhecer já não equivalem a desnudar o absoluto, mas a tentar tornar visível ao outro o que parece ser. Destarte, trabalhar na esfera do humano, onde impõe-se o reino do aparente e não das essências, não é sair no encalço da exatidão, mas permanecer no plano da jurisdição. O que valida a verdade, aqui sempre contingente, é o argumento mais forte, dotado de maior capacidade para persuadir aqueles que o ouvem. Neste sentido, uma possível objetividade nas ciências humanas advém de uma construção suscetível à perpétua retificação — a partir do confronto de depoimentos de investigadores que trafegam pelas mais diferenciadas categorias interpretativas.

Não se trata, todavia, de remeter tudo à neutralidade dos relativismos, mas de fundamentar-se na jurisprudência que implica a responsabilidade ética e intelectual de quem julga. Tal é o imperativo das ciências humanas: a faixa humana do conhecer é repensar, reconhecer realimentado, visto que por ser campo de litígio e embate, não há unanimidade definitiva no reino do humano e do temporal. Pessanha salienta, porém, que tal concepção não implica em sinonimizar ciências humanas e ficção. O fabular, que consiste em unir momentos descontínuos temporal e espa-



cialmente, é controlado por uma “auditório de especialistas” que avalia a tese defendida a partir de uma confrontação de argumentos e contra-argumentos: “(..) a arbitragem — não o arbítrio — do historiador não se confunde com o ato de vontade que institui ou cria ficções. Se inevitavelmente “fabula” ao ligar eventos ou momentos isolados, ao relacionar elementos dispersos no tempo e no espaço, realiza uma fabulação controlada pelo auditório de especialistas diante do qual a tese que defende — como um advogado perante um tribunal — é permanentemente julgada através de argumentos e contra-argumentos.” (PESSANHA, 1988:297) Isto faz das humanidades, particularmente a sociologia — um processo aberto, tal como um processo jurídico que é sempre sujeito à revisão. Numa terminologia benjaminiana, o autor ressalta a história como construção humana, onde argumentos, interpretações e julgamentos são feitos a partir de múltiplas categorias e métodos, despojados de qualquer pretensão autoritária à verdade e à palavra final. Neste sentido, a narrativa não transforma o fato em ficção, mas faz da atividade do pesquisador um eterno fabular, na medida em que ao interligar instantâneos, serve-se da imaginação, exercitando-a. Configurando-se como um entre os outros estilos das ciências sociais, a narrativa visa livrar-se da tirania de uma concepção única e verdadeira da razão teórica e do modelo universal.

Enfim, se narrar não alcança uma identidade completa com a realização de ficções, é lícito inferir que muitos são os níveis de entrosamento. Benedito Nunes chama atenção para estes pontos assinalando que ambas estruturam-se sobre a mesma forma de linguagem: “Ambas são sintéticas e recapitulativas: ambas têm por objeto a atividade humana.” (NUNES, 1988:12) É a linguagem narrativa que vai reger tanto para o historiador como para o romancista a organização, a seleção e nexos entre acontecimentos fragmentados. Pensar que tanto a ficção como as ciências humanas — ou mais especificamente, a sociologia — centram-se sob a atividade humana equivale a dizer que elas se voltam para a ação e para o discurso do agente em sua imponderabilidade. Assim, o recurso

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrativa como opção metodológica**  
Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

da linguagem narrativa, contra o recurso da linguagem sistêmica, corresponde ao acesso possível à apreensão do discurso daquele que age. O discurso narrativo vai possibilitar o deslindamento das significações virtuais que perpassam um imaginário específico, tanto em sua temporalidade como em sua intangibilidade. Acesso este vedado aos modelos e aos sistemas, uma vez que estes constituem-se como recursos atemporais. A narrativa, por seu turno, vai individualizar justamente a temporalidade da subjetividade em questão, permitindo o diálogo entre temporalidades distintas — a do autor e a do tempo narrado e as diversas teorias.

Narrar é unir discontinuidades, conectar fragmentos. Tais proposições levam-nos a certas associações. É notória certa similitude entre as asserções aqui tecidas e referidas sobre a narrativa e as colocações de H. Arendt. A análise da autora elucida que a imponderabilidade da ação não impede que o autor saiba enunciar seu sentido. Não obstante, a história que decorre do conjunto de ações fragmentadas e desconectadas não é feita pelos atores mas pelo narrador. Este, ao tecer o texto, relacionando e organizando os atos é quem “percebe” e “faz” a história. Presumindo que a alusão a estes autores tenha possibilitado vislumbrar a importância dos procedimentos narrativos, cumpre agora direcionarmos o pensamento para problematizarmos a narrativa relacionada especificamente ao universo sociológico.

Retomando a temática da sociologia e a crise de paradigmas decorrente da emergência de um novo tipo de ação coletiva, que só pode ser apreendida através do acompanhamento da subjetividade e das temporalidades particulares que nela se configuram, a narrativa aparece como um caminho metodológico viável, que não se configura aqui como uma panacéia para o pensar sociológico, mas como uma alternativa entre outras. Ancorada numa proposta radical, a narrativa, ao voltar-se para a ação social, não objetiva a formalização de um raciocínio estrutural a respeito da ação e de sua dinâmica social e política. Este tipo de enfoque procura retratar a ação em seu próprio desenrolar deslindando o sujeito em sua temporalidade própria. Ou seja, o



narrador ou o investigador, ao reescrever a ação e o discurso que lhe é inalienável, conectando seus fragmentos, efetua uma transcrição significativa. Esta não enuncia verdades sobre a ação, mas visa a dialogar tanto com o objeto (sujeito) quanto com as outras teorias que abordem o assunto sobre o prisma de uma outra racionalidade. No intento de prefigurar um trabalho de investigação dotado de plausibilidade e de significatividade para o mundo, o trabalho narrativo revela-se persuasivo. Ou seja, busca convencer e, na expressão de Pessanha, seduzir. A crítica será doravante mérito da persuasão. Os recursos de cientificidade são ainda passíveis de utilização mas a interpretação implica o narrar da ação.

Tais asserções visam salientar as diferenças de registros. Contrários aos registros ortodoxos da sociologia, que pretendendo captar a essência do social em seus traços recorrentes, minimiza a importância da temporalidade contingencial do sujeito, edificando modelos atemporais e lógicos, a narrativa vai justamente interpretar de forma não definitiva o sujeito em sua contingencialidade específica. Se a construção de modelos atemporais fica hoje aquém dos fenômenos, a narrativa, numa relação dialógica entre presente e passado, ou entre o sujeito de investigação com o seu tempo e o tempo dos atores, logra alcançar o patamar de um trabalho intelectual significativo para o mundo vivido.

Por muito tempo, as ciências sociais buscaram classificar os trabalhos do pensamento de acordo com o seu grau de cientificidade/objetividade. Contemporaneamente, reconhecemos que já não faz sentido sustentar a credibilidade científica tal como sempre foi pensada, visto que faz-se mister repensar a estrutura da linguagem e redimensionar a relação sujeito-objeto. Assim, a degenerescência dos modelos científicos que perseguiram a coincidência unívoca com o real, incita-nos a vislumbrar a volta à simultaneidade, à pluralidade do mundo não só no objeto mas inclusive no sujeito. Neste contexto, a narrativa configura-se como um dos recursos viáveis para a viagem do intelecto num mundo que se encena numa diversidade infinita de formas.

**O discurso e a ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica**

Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**

Rita Paiva

O trabalho da interpretação, não obstante seja ainda compatível, em certa medida, com a utilização de recursos de cientificidade, prioriza o explicitar aberto da ação e do enredo no qual ela é travada. E, para vingar, a aventura do intelecto, que é também o esforço de elucidação do mundo, não deve explicar mas convencer, através de um exercício dialogicamente duplo: o diálogo com o fenômeno — no caso, os agentes sociais e o modo pelo qual “encenam” a si mesmos e à sociedade — e o diálogo com a comunidade e com teorias outras, sejam elas sistêmicas ou não.

Assumindo este outro olhar, a linguagem teórica vai além da expectativa dos juízos analíticos ou mesmo explicativos. Não há mais o desejo persecutório da verdade última. Persiste, porém, o desejo de persuadir o outro, não daquilo que é, mas do que parece ser. É a revalidação da retórica que anuncia, no plano da teoria, a importância da palavra persuasiva. Encontramo-nos, finalmente, em pleno exercício do paradigma jurídico ao qual se refere Perelman. Distanciamos-nos das conclusões matematizantes e reconhecemos que o mundo dos homens não é o das coisas, mas o da linguagem, cuja peculiaridade é justamente seu caráter polisêmico. E, para desvelar esta esfera em que impera o efêmero, a indeterminação, o incomensurável, convém empenharmo-nos em apreender o sentido enunciado pela subjetividade em ação que nos interstícios de seu discurso — ou linguagem — permite-nos vislumbrar, inclusive, as novas formas em gestação.

Em sua intangibilidade, oriunda do caráter processual, portanto, insubordinável à apreensão esquemática ou às formas acabadas, a fala humana, necessariamente circundada pela teia de atos e palavras de outros homens (cf. H. Arendt), constitui o viés através do qual tanto o agir humano sobre a realidade como a interpretação sobre ela elaborada, são explicitados. Ao intelecto que perscruta este fenômeno — o discurso dos atores —, não compete instaurar normas disciplinadoras ou organicistas. Entre os seus atributos intrínsecos, além de interpretar a ação humana, e mais do que enquadrá-la em modelos, está o exercício pleno da imaginação que em muito contribuirá para o deslindamento do



social. Conseqüência cuja inteligibilidade deslumbramos facilmente se considerarmos que o imaginário radical e criador não está presente unicamente no sujeito da ação aberto para uma indefinidade de percepções mas, outrossim, no sujeito que pretende a sua apreensão.

Destarte, um novo saber sociológico emerge. Entre suas prerrogativas está a de depurar a nossa percepção para as diferenças majorando nossa potencialidade para lidar com o imponderável. Nas belas palavras de Lyotard: “Ele mesmo (o saber) não encontra sua Razão na homologia dos *expertas*, mas na paralogia dos inventores.” (LYOTARD, 1979:25) Se por um lado, o que se salienta aqui, é a necessária majoração da imaginação sociológica, visto que a falta de um porto seguro força-nos ao pensamento e, portanto, à criação, por outro, é importante observar que não se constituiu ainda, — e não se sabe se constituir-se-à — um estatuto devido que legitime as novas vias do pensamento sociológico. E esta revela-se, ainda, perceptivelmente enredada nas teias de perplexidade com que assiste à degenerescência de seu arcabouço paradigmático.

Todavia, poderíamos asseverar que um outro olhar sobre a linguagem e ação constitui o cerne, o elemento fundante de um novo e possível caminho para as ciências sociais. Na medida em que os novos sujeitos, veiculados por estes movimentos, não obstante o seu refluxo, lograram reintroduzir o ator e a sua palavra no interior das ciências humanas, a teoria deslocou-se e, ao invés de versar autoritariamente sobre a objetividade dos agentes, passou a narrar a sua racionalidade e o seu tempo, confrontando-os com racionalidades outras.

Desfeita a crença, segundo a qual, a posse do edifício conceitual nos permitiria apreender essências permanentes, depurando o mundo dos seus mistérios — tal como o sonho cartesiano — resta aventurarmo-nos nos meandros das teias de relações humanas onde o fundamental reside no mutável, no transcendente, jamais na fixidez. Teia que, em última instância, é o âmbito de subjetividades multifacetadas cuja ação e o discurso, ainda que

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narração como opção metodológica**

Rita Paiva



**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

fluidos, nos permitem deslindar a sua possível constituição, ou mais claramente falando, a sua identidade (ainda que múltipla e heterogênea) que se desvela na prática dialógica com o outro — o que não exclui os conflitos — ou no deslindar de sua fala. A este respeito, Dante (citado por Arendt) já se mostrava lúcido, muito antes que os homens ousassem dormir o sono dogmático do cientificismo:

*“Pois em toda ação, a intenção principal do agente, quer ele aja por necessidade natural ou vontade própria, é revelar sua própria imagem. Assim é que todo agente, na medida em que age, sente prazer em agir; como tudo o que existe deseja sua própria existência e como, na ação, a existência do agente é de certo modo intensificada, resulta necessariamente o prazer (...) Assim ninguém age sem que (agindo) manifeste o seu eu latente.”*

(ARENDR, 1988)

PAIVA, Rita. Speech and action: Return of the actor and the narration as a methodological option. **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, **6**: 76-102, 1.sem. 1999

*Abstract:* This article intends to discuss the perplexity of sociology towards its paradigms' obsolescence, bringing into subject the social agents' action and their self-enunciating as a new configuration of the object of sociological reflexion. From that point on, it questions the narrative method — now rescued by certain historiographic currents - as a plausible resource for sociology, which can bring it closer to literature, but does not turn it into fiction.

*Uniterms:* humanities, sociology, action, speech, paradigm, narrative



## BIBLIOGRAFIA

**O discurso e a ação: a volta do ator e a  
narrção como opção metodológica**

Rita Paiva

- ARENDDT, Hanna. Ação. A Revelação do Agente no Discurso e na Ação. *A Condição Humana*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto 2 – Os Domínios do Homem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- DERRIDA, Jacques - Folha de São Paulo, 27.05.92.
- GEERTZ, Clifford - *The Interpretation of Cultures*. New York, Basic Book, 1973.
- KUHN, Thomas S.. Os Paradigmas e a Estrutura da Comunidade. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1991.
- LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 3ª Ed. 1979.
- MARTON, Scarlet. Perspectivismo e Experimentalismo – *Nietzsche – Das Forças Cósmicas aos Valores Humanos*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*. Rio de Janeiro, Rocco. 1985. p 108.
- NUNES, Benedito. "Narrativa Histórica e Narrativa Ficcional". In RIEDEL, Dirce C. (org.) *Narrativa – Ficção e História*. São Paulo, Imago Ed., 1988.
- PESSANHA, José Mota. História e Ficção; O Sono e a Vigília. *Narrativa – Ficção e História*. In Riedel, Dirce Côrtes (org.). São Paulo, Imago Ed., 1988.